

JORGE CARDOSO



Euripedes: doença rara

Paciente depende da UTI

Nenhum hospital da rede pública de Brasília dispõe de vagas em suas Unidades de Terapia Intensiva. A constatação foi feita pelos familiares de Euripedes Barcelos, um rapaz de 17 anos que foi acometido de uma doença rara, chamada **Guilhan Barret**. Com os músculos de várias partes do corpo paralisados repentinamente, o rapaz foi levado primeiro ao Hospital Regional de Taguatinga e posteriormente ao Hospital de Base e desde a manhã de sábado, espera por vaga em alguma UTI.

Carregador em um depósito de laranjas em Ceilândia Sul, Euripedes vinha sentindo fortes dores no peito há cerca de um ano e segundo sua mãe, Claudemira Barcelos, há uma semana teve seu estado de saúde agravado. Pensou em sair do serviço, pois o trabalho era muito pesado, mas foi considerado um funcionário imprescindível pelo chefe, e resolveu esperar um pouco. Na última sexta-feira, sentindo-se mais cansado do que o habitual, dormiu mais cedo, pois o sábado ainda era dia de trabalho.

HBB

Euripedes não conseguiu trabalhar. Acordou com dores fortes em várias partes do corpo e ao tentar se levantar, caiu no chão. Andou com dificuldades até o banheiro, e caiu novamente. Nervoso e sem entender o que estava acontecendo, chamou a mãe e uma das irmãs para ajudá-lo. Foi levado ao Hospital Regional de Taguatinga pelas irmãs Gesnilene e Divina e posteriormente encaminhado ao Hospital de Base. Internado desde a manhã de sábado, Euripedes passa agora por outro drama: o atendimento.

Divina Barcelos, uma das irmãs de Euripedes, conta a epopeia que a família está vivendo. Ao chegar no Hospital de Base, o doente teve que esperar até o meio-dia para ser atendido. Um dos médicos diagnosticou o seu mal: uma doença relativamente rara, **Guilhan Barret**, que ataca os nervos e paralisa os músculos. O rapaz passou um bom tempo no Box-1 da Neurologia e começou a se queixar de falta de ar. Foi transferido para a Unidade de Emergência do Setor, e está respirando através de um tubo.

Inconformados com a falta de vagas nas Unidades de Terapia Intensiva de todos os hospitais da Fundação Hospitalar do DF e do Hospital Docente Assistencial (ex-Presidente Médici), os familiares reclamam também do atendimento do Hospital de Base. Divina Barcelos, uma das irmãs do rapaz, diz que ele demorou muito tempo para ser atendido e que durante a noite de sábado para domingo não recebeu a visita de um único médico.

Claudemira Barcelos, viúva, moradora da QNM 2 de Ceilândia Norte, não escondia sua preocupação com a vida do filho. Ela estava torcendo por uma vaga na UTI e rezava pelo sucesso da filha Gesnilene, que tentava uma internação no Hospital das Forças Armadas. Tentava conseguir ver o filho por alguns segundos.

POSSÍVEL ALTA

O problema da falta de vagas foi confirmado pela chefe de equipe do HBB. Ignácio John o médico responsável na tarde de ontem estava ciente do caso de Euripedes e disse que esperava uma possível alta na terapia intensiva. John afirmou que o paciente estava sendo bem tratado e o caso estava sendo acompanhado pela dr^a Kátia, que na tarde de ontem, atendia a mais 40 pacientes e por isso não pôde falar à imprensa.

As dúvidas da família também se referem à doença **Guilhan Barret**. Por causa da demora na remoção de Euripedes Barcelos para uma UTI, o rapaz, segundo a irmã Divina, parecia estar piorando a cada momento. O diagnóstico, de acordo com Divina, havia sido dado a partir da retirada de um líquido da espinha do paciente para exame mas não havia mais nenhuma informação sobre as consequências da enfermidade. A situação, segundo informações, é grave e o morador de Ceilândia corre risco de vida.

A Capital da Esperança saturou, desvirtuou-se do projeto original, implodiu a qualidade de vida de seus habitantes, mas continua a fascinar aqueles que a vislumbram à distância, através de um prisma marcado pela miséria: os migrantes. O fluxo populacional, que muitos acreditavam que cessaria com o término da construção de Brasília, continua a apresentar índices acima do normal. O acréscimo de “forasteiros” agrava os problemas de uma cidade que viu a derrocada de seu planejamento, e que busca formas de absorver um contingente 4,7 por cento (dados da Codeplan) maior a cada ano. Com 180 mil famílias sem moradia

Brasília continua a “inchar”

Crescimento populacional, desordenado, é maior do País

MASSIMO MANZOLILLO
Da Editoria de Cidade

A construção da nova capital visou, primordialmente, diminuir as desigualdades existentes entre a população litorânea e a do interior. Ao procurar minimizar as distorções econômicas e sociais que reinavam à época — propiciando a “verdadeira integração nacional” — Brasília acabou por se transformar em um pólo de atração de correntes migratórias de todas as regiões do País. Um fenômeno de crescimento que chegou a apresentar taxas anuais de 33,1 por cento (59/64).

O “inchaço” atravessou, absoluto, a década de 60. Nos 10 primeiros anos de existência, a cidade crescia à razão anual de 14,4 por cento. Essa explosão populacional levou o Governo a criar cidades-satélites não previstas no plano urbanístico inicial, além de expandir as existentes. Brasília chegava, no ápice do “milagre econômico” (1970), a 558 mil 392 habitantes. O mesmo contingente previsto por Lúcio Costa e Oscar Niemayer para ocupar o Distrito Federal no ano 2000.

O projeto que nasceu para socializar a civilização preconizada por Dom Bosco, criou um fosso econômico. A parcela de maior poder aquisitivo instalou-se em áreas nobres, relegando aos menos providos financeiramente núcleos habitacionais cada vez mais concorridos. Se a fase de discussão sobre a viabilidade ou não da capital foi superada, no tocante ao seu planejamento o debate permanece acalorado.

MOTIVOS

A década de 60 permitiu a Brasília crescer extraordinariamente em função da urbanização da sociedade e do desenvolvimento econômico brasileiro. Paradoxalmente, a década de 70

ARQUIVO



Gustavo Ribeiro: contato diário com os miseráveis

Problema é o trabalho

Com 180 mil famílias (dados da Shis) residindo em moradias não adequadas à sobrevivência, Brasília briga, há tempos, com uma sombra: sua própria incapacidade administrativa. O GDF não planeja o crescimento da cidade, mesmo diante do processo migratório que não cessa, priorizando ações imediatas como remoção de favelados e liberação de lotes na zona rural. O primeiro, como uma verdadeira ação de despejo; o segundo, sem dar o apoio necessário à fixação da família dos assentados.

Os órgãos de serviço público, saúde, habitação, educação e planejamento parecem querer fugir a uma realidade que encontra correspondente em nível global. Segundo o Conselho Nacional de Associações de Moradores (Conan), o Brasil detém 10 por cento do déficit habitacional do mundo — são 25 milhões de favelados em todo o território. Para o diretor-executivo da Fundação do Serviço Social, Gustavo Ribeiro, é impossível organizar as atividades sociais do Governo sem uma política de empregos.

“São 70 mil novos habitantes por ano, que sofrem as consequências de erros históricos. Com isso, arriscamos a criar uma outra Baixada Fluminense”. Ribeiro defende a teoria de que um plano de expansão habitacional, precedendo a um programa que evite o desemprego maciço, promove o aumento da marginalidade e transforma a cidade em um poderoso atrativo aos migrantes. Nos últimos três anos, todavia, a Shis,

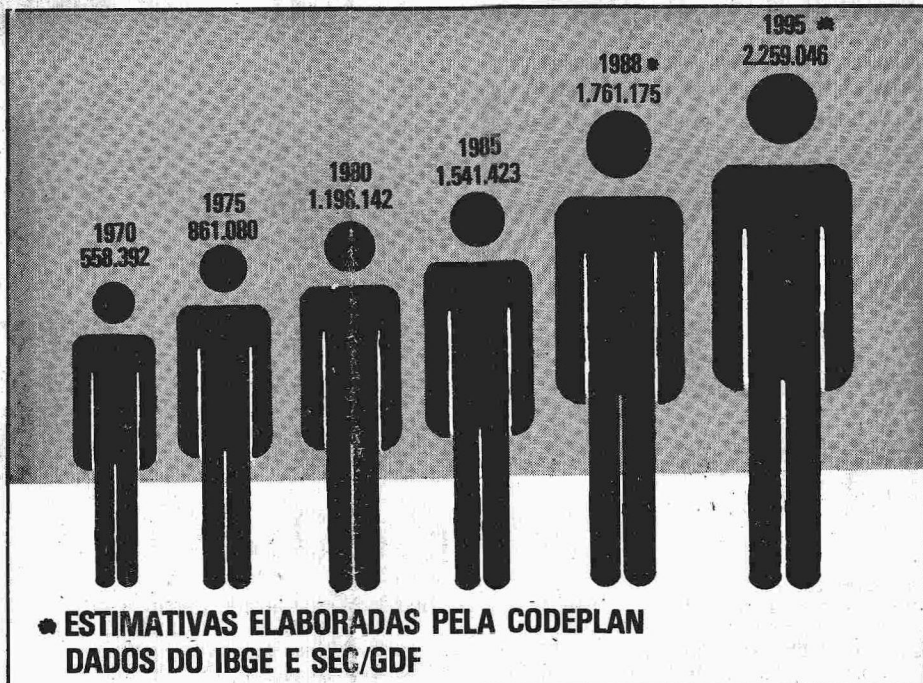
apresentou o mesmo fenômeno migratório — em menor proporção — motivado, entretanto, pela crise conjuntural. Se antes a área urbana era visada devido à possibilidade de trabalho com a expansão industrial, em um período de tempo imediatamente posterior ela se transformou no ponto de chegada do êxodo rural.

No espaço 70/80, a cidade teve um acréscimo de 630 mil 733 habitantes, sendo que, desse total, 480 mil foram de migrantes oriundos das diversas unidades federativas. No último censo promovido pelo IBGE, em 1980, a cidade comportava 1 milhão 198 mil 142 habitantes, que compunham um universo basicamente urbano — 97,9 por cento da população. Comprimidos em uma área não planejada para tantas pessoas, os novos moradores fizeram explodir as satélites e permitiram um processo especulativo sem freio em locais como o Plano Piloto.

Em 1980, a Ceilândia, criada nove anos antes, ultrapassou o contingente populacional da Asa Norte, Asa Sul e Lagos juntos. Com 286 mil habitantes à época, a Campanha de Erradicação das Invasões (CEI) transformou-se no núcleo mais densamente povoado da Capital da República. Ao final da década, a satélite havia triplicado o número inicial de moradores — 94 mil 230.

A política empreendida pelo Governo do Distrito Federal, que buscava concentrar a população de baixa renda na Ceilândia, em um planejamento a curtíssimo prazo, inviabilizou a estruturação da satélite. Novos fluxos migratórios e o excedente populacional de núcleos mais organizados do DF eram direcionados para o local, apresentando, apenas, sua expansão territorial, com moradias de baixo custo, mas com serviços públicos quase inexistentes.

adequada, 100 mil pessoas sem emprego formal, e uma receita financeira abastecida em 70 por cento pelo Governo Federal, a capital mostra o torto traçado de linhas consideradas Patrimônio Mundial da Humanidade. Em parte, a administração do DF sofre as consequências da inexistência de planos que mantenham o camponês em seu lugar de origem. Uma ação isolada e local não é o bastante para reverter o quadro. Enquanto não chegam as medidas políticas para evitar o “inchaço”, planeja-se pouco em cima das projeções populacionais — isto porque não há pesquisa domiciliar nem amostragem há oito anos.



Sem pesquisa, não há planejamento

Para que um planejamento seja elaborado de forma adequada, é preciso que uma amostragem preceda o estudo. A população é o principal componente desse trabalho, que visa programar o desenvolvimento econômico e social que se pretenda implementar. A Codeplan — Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central — não realiza uma amostragem domiciliar ou pesquisa de campo há oito anos.

Os números divulgados pelo órgão, base para o planejamento dos diversos setores, são distribuídos anualmente às secretarias que formulam as políticas sociais. As estatísticas, no entanto, são apenas projeções, já que a empresa encarregada não possui recursos para desenvolver um trabalho maior. A base dos atuais levantamentos são os censos do IBGE de 70 e 80 e o censo escolar de 75 e 78. A falta de averiguações cria uma possibilidade maior de erro nos programas elaborados.

Recente estudo realizado pelo Departamento de Saúde da Ceilândia, através de suas seções hospitalares, revela que a satélite tem uma população constantemente superestimada. Segundo o órgão médico, vi-

vem ali 343 mil 102 habitantes — os números da Codeplan (projeções baseadas no censo de 80) indicam que há 479 mil moradores. Técnicos da companhia salientam que, em uma “suposição” demográfica, não são levados em consideração fatores como assentamento e remoção de invasores. Isso só se constata em pesquisa efetiva e de campo.

Projetando números em cima de amostragem nacional, a Codeplan pode incorrer em um erro de estimativa. Paralelamente ao estudo do IBGE, que não analisa fatores específicos de cada município (Brasília é tratada como tal), órgãos de cada unidade federativa devem desenvolver trabalho com o objetivo de detalhar as variações populacionais em cada local. A empresa deveria realizar tal pesquisa a cada cinco anos — a última aconteceu em 1980.

FATORES

Dentre os principais componentes que influenciam o crescimento demográfico, sua maior ou menor intensidade, estão o número de nascimentos e de óbitos e o diferencial do movimento migratório. No período de 1971 a 1980, foram registrados 333 mil 156

nascimentos e 52 mil 562 óbitos — um saldo de crescimento natural de 280 mil 594 pessoas. Somente o acréscimo líquido migratório alcançou 359 mil 166 pessoas. No total, foram incorporados 639 mil 760 novos habitantes à população.

Do contingente de migrantes, Minas Gerais responde por 60 mil 129; Ceará por 41 mil 155; e Goiás por 40 mil 564. Da parcela goiana, entretanto, mais da metade retornou às origens (entraram 87 mil 167). No caso dos nordestinos, ocorre o inverso. Apenas quatro por cento dos baianos, cearenses, piauienses, maranhenses retornaram ao seu estado.

A Série Estatísticas Básicas, editada pela Codeplan, indica que a década de 80 apresentará, ao seu final, uma taxa anual de crescimento da ordem de 4,7 por cento. De 80 a 85, esse percentual, ainda no campo da projeção, foi de 5,2 por cento. Mesmo sem a precisão científica, os levantamentos do órgão se aproximam dos dados oficiais. O IBGE acredita que a Capital da República tenha 1 milhão 743 mil habitantes; a Companhia aponta um contingente de 1 milhão 761 mil pessoas.

Migrante segue um só destino

Eles chegam de todos os cantos — Ceará, Piauí, Maranhão, entre outros. Procuram um trabalho, melhores condições ou, simplesmente, atendimento médico adequado. Uns vêm com a certeza da volta; outros, só retornam se o acaso proporcionar a riqueza. Em comum, a condição de migrantes, oriundos do meio rural e de cidades interiores, e o mesmo endereço habitacional — a invasão (um modelo brasileiro da favela).

Instalado em meio a montanhas de detritos, Pedro Alves dos Reis “reside”, desde 1975, na Invasão do Lixão, localizada no que seria a Quadra 615 Sul. Em 1960, chegou para trabalhar na construção da nova capital e não mais voltou para Ipu (CE). Após ganhar um lote na Ceilândia e iniciar uma pequena moradia (levantou duas paredes), transferiu-se com a esposa e os 13 filhos para o atual local. Sem renda e vivendo da comercialização do lixo próximo ao barraco, enfrenta uma luta desigual com a especulação imobiliária.

“São dois quilos de carne pela manhã e outro tanto à tarde. Não dá para pagar aluguel e comer ao mesmo tempo. A solução é morar no barraco, aqui, na invasão”. Pedro Reis tentou criar vaca e bezerro no local, mas o medo da Fundação Zootécnica tomar sua “criação” fez com que vendesse os animais. Apesar da insatisfação, diz que não volta para a terra de ori-

gem. “Só se ganhar na Loto”.

PARTO

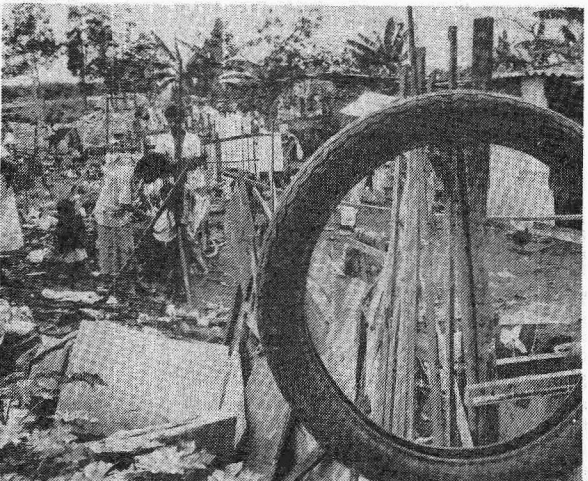
Nenzinha Miranda chegou há um ano. A idéia era vir acompanhada do marido Bento Batista de Oliveira apenas para dar à luz ao sétimo filho — os 900 quilômetros que separam Santa Rita de Cássia (BA) de Brasília não foram obstáculo. Com a família aumentada e o pequeno Davi já com nove meses, ambos passaram a compor a estatística sobre migração. Um fato não muito raro: a procura por atendimento médico em um centro maior, e a permanência na zona urbana. Morando no “Lixão”, Bento sustenta esposa e sete filhos trabalhando como jardineiro no Lago Sul.

Em 1978, após dois anos de desilusões, Raimundo José Sena queria apenas arrumar um emprego,

comprar calça e camisa e embarcar de volta para Parnaíba (PI). Hoje, 10 anos depois, mora com a esposa e três filhos em um barraco da invasão. “Cheguei a Brasília para trabalhar na construção civil, mas logo depois ela entrou em crise. Depois, consegui uma vaga no SLU e fui ficando”. Sena revela que, mesmo ganhando Cz\$ 24 mil, a situação em sua terra de origem seria pior.

Estimulado a ficar pelo atendimento hospitalar público — e faz propaganda do cartão do Inamps — diz que alguns “biscates” ajudam a compor a renda, mas que nem assim tem possibilidade de pagar aluguel. A “vida melhor” na área urbana parece ter agradado. Pouco depois, a mãe de Raimundo Sena e outros parentes vieram para o Planalto Central, instalando-se em Luziânia.

ARQUIVO



Vila do Lixão: abrigo para quem não tem alternativa